

ROMBO DE R\$ 8,8 BILHÕES

Contas do governo central têm o pior resultado em 20 anos

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Entre janeiro e junho deste ano, déficit primário foi de R\$ 32,5 bilhões, diz Tesouro

BRASÍLIA

As contas públicas registraram em junho o pior déficit primário para o mês em 20 anos. Dados divulgados pelo Ministério da Fazenda mostram que o governo central (formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentou um resultado negativo de R\$ 8,8 bilhões.

No semestre, o governo registrou um rombo de R\$ 32,52 bilhões (ou 1,1% do Produto Interno Bruto), também o pior resultado para o período desde 1997. No primeiro semestre de 2015, o déficit havia sido de R\$ 1,76 bi.

Conforme o relatório, as receitas líquidas em junho tiveram queda real (já descontada a inflação) de 5,3% e fecharam junho de 2016 em R\$ 83,7 bi. As despesas caíram praticamente



Ana Paula Vescovi destacou o déficit na Previdência

em igual proporção, 5%, e somaram R\$ 92,5 bi.

Nos primeiros seis meses do ano, as receitas acumularam uma queda de 5,1% em relação a 2015 e as des-

pesas subiram 0,3%.

O déficit da Previdência Social praticamente dobrou no primeiro semestre, na comparação com 2015. Entre janeiro e junho de 2016,

RECEITAS

R\$ 83,7
bilhões

Foi o valor das receitas líquidas em junho, queda real (já descontada a inflação) de 5,3%.

o rombo foi de R\$ 60,4 bi. No mesmo período do ano passado, esse resultado foi negativo em R\$ 33,7 bi. Tesouro Nacional e Banco Central tiveram, juntos, um superávit primário de R\$ 27,9 bi. O número representa uma queda de 12,7% em relação ao ano anterior.

Pelo lado das receitas, houve recuo no recolhimento de todos os principais tributos no semestre, com destaque para o imposto sobre importações (-25,8%) e Imposto sobre Produtos Industrializados (-21,8%).

O governo fixou como meta fiscal para 2016 um

déficit de R\$ 170,5 bilhões para o governo central, o equivalente a 2,7% do PIB.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, ressaltou que o déficit é resultado de uma queda nas receitas e um avanço das despesas obrigatórias. Ela enfatizou, por exemplo, o aumento do déficit da Previdência, que deve crescer R\$ 64 bi este ano.

Ela afirmou que, diante do quadro fiscal do país, o governo já percebeu que ajustes pontuais e de curto prazo não são efetivos e confia nas reformas de longo prazo para frear o crescimento das despesas obrigatórias: “Ajustes de curto prazo não se justificam mais. Essa correção só vai acontecer por meio de reformas estruturais”.

Em relação às receitas, Ana Paula afirmou que o governo espera que a arrecadação com a repatriação de recursos no exterior ajude nos resultados do governo central e dos Estados.

DÉFICIT NOMINAL

Crise nos municípios é a maior desde 2006

Em meio à recessão, não são só os Estados e a União que estão quebrados. As prefeituras também fecharam as contas de 2015 à beira da falência. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), recuou 7,5% ano passado em relação a 2014, atingindo 0,4432 ponto, o menor nível desde 2006. O IFGF varia de 0 a 1 (quanto mais perto de 1, melhor a situação fiscal do município).

Nos cálculos da Firjan, as prefeituras fecharam suas contas em 2015 com um déficit nominal (saldo negativo entre receitas e despesas, incluindo gastos com juros) de R\$ 45,8 bilhões. A projeção da equipe de economistas da entidade empresarial é que esse rombo chegue a R\$ 60 bilhões este ano.

Segundo a Firjan, o grande vilão do desequilíbrio das contas das prefeituras foi o crescimento excessivo dos gastos com pessoal nos anos recentes de bonança na arrecadação.